



Há trabalhadores da Administração Pública que estão a perder mais de 20 euros por mês com os «aumentos salariais»

Os trabalhadores da Administração Pública estão a ser confrontados com diminuições significativas dos seus salários, após o anúncio do alegado “aumento anual” que teve lugar depois de mais de 10 anos de congelamento.

Em causa está o «aumento» de 10 euros na 5ª posição remuneratória que provocou uma diminuição líquida mensal de mais de 20 euros no salário destes trabalhadores por força das taxas de retenção do IRS.

Antes do «aumento», um trabalhador, casado ou em união de facto e sem dependentes, com a remuneração base de €683,13 recebia €584,08 líquidos. Após o «aumento» o mesmo trabalhador, com a remuneração base de €693,13 passou a receber **€563,63, ou seja, menos €20,45 por mês!**

Tal situação deve-se à alteração de escalão operada por força do aumento salarial, passando todos estes trabalhadores a estar sujeitos a uma taxa de retenção de 4,2% por mês, perdendo mensalmente mais de 20 euros num rendimento já muito baixo.

Tratando-se de uma situação para a qual a Frente Comum já tinha alertado e não tendo o governo cumprido o compromisso de adaptar as tabelas de IRS de forma a que os trabalhadores não fossem prejudicados, a Frente Comum colocou já a questão à tutela.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública não aceita que os trabalhadores percam mais rendimento, exigindo-se a imediata alteração dos escalões de IRS e isentando os rendimentos de qualquer aumento da taxa de retenção resultante das alterações salariais que se verificaram.

A Frente Comum denuncia ainda a ausência completa de diálogo com o governo e a prática de exclusão das Estruturas Sindicais das decisões que são tomadas, exigindo que esta se altere imediatamente!

Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, 28 de Abril de 2020